

Reunião

17 JAN 1992

tranquiliza os países ricos

Ministros tentam convencer países ricos

LETÍCIA BORGES/AE

Os ministros da Economia, Marcílio Marques Moreira, e das Relações Exteriores, Francisco Rezek, de posse da informação de que EUA e Grã-Bretanha estavam querendo adiar a reunião do Fundo Monetário Internacional (FMI) em que seria analisado o programa de ajuste econômico do Brasil, convidaram ontem os embaixadores do Grupo dos Sete — EUA, Grã-Bretanha, Canadá, França, Japão, Itália e Alemanha — para dizer-lhes que a situação interna está sob controle. A preocupação dos países mais ricos do mundo é com o pagamento do reajuste de 147% aos aposentados e pensionistas que o governo, segundo Marcílio, lutará para não pagar.

Oficialmente, a reunião foi para fazer uma atualização da situação econômica brasileira desde 26 de novembro, quando outra reunião semelhante foi realizada. Fontes do Ministério da Economia, no entanto, receberam a indicação da intenção de britânicos e norteamericanos de adiar a reunião do FMI. Não se tocou diretamente neste assunto, mas este foi o pano de fundo. Marcílio pediu e Rezek convidou os embaixadores.

Atraso

O ministro da Economia chegou atrasado ao encontro. A reunião, inicialmente prevista para as 18 horas, foi adiada para as 18h30, mas só começou às 18h50. Antes, Marcílio ligou para Washington para falar com os secretários de Fazenda, Luiz Fernando

Wellisch, e do Planejamento, Pedro Parente, que estão negociando o acordo com o FMI.

Um dos embaixadores, segundo um integrante do governo que participou da conversa de quase uma hora, toda ela em inglês, chegou a perguntar quando o problema legal seria solucionado. Marcílio e Rezek responderam que, no máximo, até maio. Ressaltaram que havia possibilidade da pendência com os aposentados estar resolvida já em fevereiro, dependendo de um pronunciamento do Supremo Tribunal Federal. Porém Marcílio reconheceu que, se houver ganho de causa para os aposentados, o governo terá que pagar.

Outro embaixador disse que, no seu entendimento, o *board* (comitê diretor) do FMI estava considerando que seriam necessárias informações adicionais sobre a situação. Marcílio garantiu que os objetivos das políticas monetária e fiscal permanecem, que continuam os projetos de privatização e liberalização da economia, e também de desregulamentação do comércio exterior e da presença do capital estrangeiro no País.

O ministro da Economia falou também da reestruturação das dívidas dos Estados, assegurando que isto não representa um desvio maior no plano de ajuste do governo. Ele disse que o relacionamento entre o Executivo e o Congresso caminha bem e que este aprovou grande parte do que o governo enviou à sua apreciação. Informou também que, no segundo semestre, o governo espera ter uma política fiscal mais efetiva.